



DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVIII — Nº 7

QUINTA-FEIRA, 4 DE MARÇO DE 1993

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 4ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE MARÇO DE 1993

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ADYLSON MOTTA — Suscitando questão de ordem quanto à observância do § 5º do art. 57 da Constituição Federal, que trata da composição da Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE — Resposta ao Sr. Adylson Motta.

DEPUTADO CARDOSO ALVES — Interpretação de S. Exª para o dispositivo constitucional mencionado pelo Sr. Adylson Motta.

1.2.2 Ofício da Liderança do PSDB no Senado

— Nº 12/GLPSDB/93, de substituição de membros na Comissão Mista de Orçamentos.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei de Conservação nº 1, de 1992 (oriundo da Medida Provisória nº 302/92), que dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1991 (nº 5.394/85, na Casa de origem), que introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991 (nº 1.371/88, na Casa de origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou ven-

da foi interdita no país de origem. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1990 (nº 5.329/90, na Casa de origem), que cria Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1991 (nº 1.991/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Araguaína, Estado de Tocantins, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990 (nº 1.854/89, na Casa de origem), que cria a carreira de apoio técnico-administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa os valores de vencimento, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1993 (nº 8.509/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992 (nº 1.445/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento nas regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de **quorum**.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991 (nº 4.064/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERIO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 63, de 1991 (nº 1.049/86, na Câmara dos Deputados) que dispõe sobre a profissão de Fotógrafo e Cinegrafista e de Técnico em Cinefotografia e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3 de 1992-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentais para o exercício de 1993, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1991 (nº 2.175/92, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a criação e o lançamento do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1986 (nº 8.342/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religiosos. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1992 (nº 3.133/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a disponibilidade financeira do Fundo de Amparo do Trabalhador — FAT e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1992 (nº 3.170/92, na Casa de origem), que concede antecipação de Poder Executivo e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1992 (nº 2.627/92, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª região, com sede em Brasília-DF, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1992 (nº 4.572/90, na Casa de origem), que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 ENCERRAMENTO

Ata da 4ª Sessão Conjunta, em 3 de março de 1993

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Humberto Lucena

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo — Albano Franco — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Álvaro Pacheco — Belio Parga — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dario Pereira — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Epitácio Cafeteira — Espiridião Amin — Eva Blay — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — Gilberto

Miranda — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekêl Freitas — Iram Saraiva — Jarbas Passarinho — João Calmon — João França — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júnia Marise — Jutahy Magalhães — Juvenício Dias — Lavoisier Maia — Levy Dias — Lourival Baptista — Lucéfio Portella — Luiz Alberto — Magno Bacelar — Marcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Ney Maranhão — Pedro Simon — Pedro Teixeira — Raimundo Lira — Ronan Tito — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS

ACRE

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	BLOCO
AVENIR ROSA	BLOCO
FRANCISCO RODRIGUES	BLOCO
JOAO FAGUNDES	PMDB
LUCIANO CASTRO	BLOCO
MARCELO LUZ	B.PSTR
RUBEN BENTO	BLOCO

ADELAIDE NERI	PMDB
CELIA MENDES	BLOCO
FRANCISCO DIOGENES	BLOCO
JOAO MAIA	B.PSTR
JOAO TOTA	BLOCO
MAURI SERGIO	PMDB
RONIVON SANTIAGO	BLOCO
ZILA BEZERRA	PMDB

TOCANTINS

AMAPA

AROLDO GOES	PDT
ERALDO TRINDADE	BLOCO
FATIMA PELAES	BLOCO
GILVAM BORGES	PMDB
VALDENOR GUEDES	B.PSTR

DARCI CORELHO	BLOCO
DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB
FREIRE JUNIOR	BLOCO
HAGAHUS ARAUJO	PMDB
OSVALDO REIS	B.PSTR
PAULO MOURAO	BLOCO

PARA'

MARANHAO

ALACID NUNES	BLOCO
DOMINGOS JUVENIL	PMDB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	BLOCO
GIOVANNI QUEIROZ	PDT
HERMINIO CALVINHO	PMDB
HILARIO COIMBRA	BLOCO
JOSE DIOGO	BLOCO
MARIO CHERMONT	B.PSTR
MARIO MARTINS	PMDB
OSVALDO MELO	BLOCO
PAULO ROCHA	PT
SOCORRO GOMES	PCdoB
VALDIR GANZER	PT

CESAR BANDEIRA	BLOCO
COSTA-FERREIRA	B.PSTR
DANIEL SILVA	BLOCO
EDUARDO MATTIAS	BLOCO
HAROLDO SABOIA	PT
JAYME SANTANA	PSDB
JOAO RODOLFO	BLOCO
JOSE CARLOS SABOIA	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO
NAN SOUZA	B.PSTR
PEDRO NOVAIS	BLOCO
ROSEANA SARNEY	BLOCO
SARNEY FILHO	BLOCO

CEARA

AMAZONAS

EZIO FERREIRA	BLOCO
PAUDERNEY AVELINO	BLOCO

ABICIO DE BORBA	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PSB
EDSON SILVA	PDT
ERNANI VIANA	B.PSTR
ETEVALDO NOGUEIRA	BLOCO
JOSE LINHARES	B.PSTR
LUIZ GIRAO	PDT
LUIZ PONTES	PSDB
MARCO PENAFORTE	PSDB
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
MAURO SAMPAIO	PSDB
MORONI TORGAN	PSDB
VICENTE FIALHO	BLOCO

RONDONIA

ANTONIO MORIMOTO	BLOCO
CARLOS CAMURCA	B.PSTR
EDISON FIDELIS	BLOCO
NOBEL MOURA	B.PSTR
RAQUEL CANDIDO	BLOCO
REDITARIO CASSOL	B.PSTR

PIAUÍ		SALATIEL CARVALHO WILSON CAMPOS		B.PSTR PMDB
B. SA	B.PSTR	ALAGOAS		
CIRO NOGUEIRA	BLOCO			
FELIPE MENDES	BLOCO			
JESUS TAJRA	BLOCO	AUGUSTO FARIAS		BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB	JOSE THOMAZ NONO		PMDB
JOSE LUIZ MAIA	BLOCO	MENDONCA NETO		PDT
MURILO REZENDE	PMDB	OLAVO CALHEIROS		PMDB
MUSSA DEMES	BLOCO	ROBERTO TORRES		BLOCO
PAES LANDIM	BLOCO	VITORIO MALTA		BLOCO
PAULO SILVA	PSDB	SERGIPE		
RIO GRANDE DO NORTE		BENEDITO DE FIGUEIREDO		S/P
ALUIZIO ALVES	PMDB	CLEONANCIO FONSECA		BLOCO
FLAVIO ROCHA	BLOCO	DJENAL GONCALVES		BLOCO
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB	EVERALDO DE OLIVEIRA		BLOCO
IBERE FERREIRA	BLOCO	JERONIMO REIS		BLOCO
LAIRE ROSADO	PMDB	JOSE TELES		BLOCO
PARAIBA		MESSIAS GOIS		BLOCO
		PEDRO VALADARES		B.PSTR
		BAHIA		
ADALTO PEREIRA	BLOCO	ANGELO MAGALHAES		BLOCO
FRANCISCO EVANGELISTA	BLOCO	AROLDI CEDRAZ		BLOCO
IVAN BURITY	BLOCO	BERALDO BOAVENTURA		PDT
IVANDRO CUNHA LIMA	PMDB	CLOVIS ASSIS		PDT
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB	ERALDO TINOCO		BLOCO
JOSE MARANHÃO	PMDB	FELIX MENDONCA		BLOCO
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO	JABES RIBEIRO		PSDB
VITAL DO REGO	PDT	JAIRO AZI		BLOCO
ZUCA MOREIRA	PMDB	JAIRO CARNEIRO		BLOCO
PERNAMBUCO		JAQUES WAGNER		PT
ALVARO RIBEIRO	PSB	JOAO ALMEIDA		PMDB
GUSTAVO KRAUSE	BLOCO	JOAO ALVES		BLOCO
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO	JORGE KHOURY		BLOCO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO	JOSE FALCAO		BLOCO
JOSE JORGE	BLOCO	JOSE LOURENCO		BLOCO
JOSE MENDONCA BEZERRA	BLOCO	LEUR LOMANTO		BLOCO
JOSE MUCIO MONTEIRO	BLOCO	LUIS EDUARDO		BLOCO
LUIZ PIAUHYLINO	PSB	LUIZ MOREIRA		BLOCO
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB	LUIZ VIANA NETO		BLOCO
MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO	MANOEL CASTRO		BLOCO
MIGUEL ARRAES	PSB	MARCOS MEDRADO		BLOCO
NILSON GIBSON	PMDB	NESTOR DUARTE		PMDB
OSVALDO COELHO	BLOCO	PRISCO VIANA		BLOCO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB	SERGIO ERITO		BLOCO
RICARDO FIUZA	BLOCO	TOURINHO DANTAS		BLOCO
ROBERTO FREIRE	PCB	UEBALDO DANTAS		PSDB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO	ULDURICO PINHO		PSB
		WALDIR PIRES		PDT

MINAS GERAIS

AECIO NEVES PSDB
 ALOISIO VASCONCELOS PMDB
 ALVARO PEREIRA PSDB
 ARACELY DE PAULA BLOCO
 ARMANDO COSTA PMDB
 AVELINO COSTA BLOCO
 CAMILO MACHADO BLOCO
 EDMAR MOREIRA BLOCO
 ELIAS MURAD PSDB
 FERNANDO DINIZ PMDB
 GENESIO BERNARDINO PMDB
 GETULIO NEIVA BLOCO
 IBRAHIM ABI-ACKEL BLOCO
 IRANI BARBOSA BLOCO
 ISRAEL PINHEIRO BLOCO
 JOAO PAULO PT
 JOSE ALDO BLOCO
 JOSE BELATO PMDB
 JOSE GERALDO PMDB
 JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS BLOCO
 LAEL VARELLA BLOCO
 LEOPOLDO BESSONE B.PSTR
 MARCOS LIMA PMDB
 MARIO DE OLIVEIRA B.PSTR
 MAURICIO CAMPOS BLOCO
 NILMARIO MIRANDA PT
 ODELMO LEAO BLOCO
 OSMANIO PEREIRA PSDB
 PAULO DELGADO PT
 PAULO ROMANO BLOCO
 PEDRO TASSIS PMDB
 RAUL BELEM BLOCO
 ROMEL ANISTO BLOCO
 RONALDO PERIM PMDB
 SAMIR TANNUS BLOCO
 SAULO COELHO PSDB
 SERGIO FERRARA PMDB
 SERGIO MIRANDA PCdoB
 SERGIO NAYA PMDB
 TARCISIO DELGADO PMDB
 TILDEN SANTIAGO PT
 VITTORIO MEDICOLI PMDB
 WAGNER DO NASCIMENTO BLOCO
 WILSON CUNHA BLOCO
 ZAIRE REZENDE PMDB

ESPIRITO SANTO

ARMANDO VIOLA PMDB
 HELVECIO CASTELLO PSDB

JORJO DE BARROS
 NILTON BATIANO
 ROBERTO VALADAO

PMDB
 PMDB
 PMDB

RIO DE JANEIRO

ALDIR CABRAL BLOCO
 AMARAL NETTO BLOCO
 AROLDI DE OLIVEIRA BLOCO
 BENEDITA DA SILVA PT
 CARLOS ALBERTO CAMPISTA PDT
 CARLOS LUPI PDT
 CIDINHA CAMPOS PDT
 CYRO GARCIA PT
 EDESIO FRIAS PDT
 EDUARDO MASCARENHAS PDT
 FABIO RAUNHEITTI BLOCO
 FERES NADER BLOCO
 FLAVIO PALMIER DA VEIGA BLOCO
 FRANCISCO DORNELLES BLOCO
 FRANCISCO SILVA B.PSTR
 JAIR BOLSONARO BLOCO
 JOSE CARLOS COUTINHO PDT
 JOSE EGYDIO BLOCO
 JOSE VICENTE BRIZOLA PDT
 JUNOT ABI-RAMIA PDT
 LAERTE BASTOS PDT
 LAPROVITA VIEIRA PMDB
 LUIZ SALOMAO PDT
 MARCIA CIBILIS VIANA PDT
 MARINO CLINGER PDT
 NELSON BORNIER BLOCO
 PAULO DE ALMEIDA BLOCO
 PAULO RAMOS PDT
 REGINA GORDILHO PRONA
 ROBERTO CAMPOS BLOCO
 RUBEM MEDINA BLOCO
 SANDRA CAVALCANTI BLOCO
 SERGIO AROUCA PCB
 SERGIO CURY PDT
 SIMAO SESSIM BLOCO
 VIVALDO BARBOSA PDT
 VLADIMIR PALMEIRA PT
 WANDA REIS BLOCO

SAO PAULO

AIRTON SANDOVAL PMDB
 ALBERTO HADDAD B.PSTR
 ALDO REBELO PCdoB
 ARMANDO PINHEIRO BLOCO
 AYRES DA CUNHA BLOCO

CARDOSO ALVES	BLOCO	JONAS PINHEIRO	BLOCO
CARLOS NELSON	PMDB	JOSE AUGUSTO CURVO	BLOCO
CHAFFIC FARHAT	BLOCO	WELINGTON FAGUNDES	BLOCO
CHICO AMARAL	PMDB		
CUNHA BUENO	BLOCO	DISTRITO FEDERAL	
DIOGO NOMURA	BLOCO		
EDUARDO JORGE	PT	AUGUSTO CARVALHO	PCB
ERNESTO GRADELLA	S/P	BENEDITO DOMINGOS	B.PSTR
EUCLYDES MELLO	BLOCO	CHICO VIGILANTE	PT
FABIO MEIRELLES	BLOCO	JOFRAN FREJAT	BLOCO
FLORESTAN FERNANDES	PT	MARIA LAURA	PT
GASTONE RIGHI	BLOCO	OSORIO ADRIANO	BLOCO
HEITOR FRANCO	BLOCO	PAULO OCTAVIO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT	SIGMARINGA SEIXAS	PSDB
HELIO ROSAS	PMDB		
IRMA PASSONI	PT	GOIAS	
JORGE TADEU MUDALEN	PMDB		
JOSE ABRAO	PSDB	ANTONIO DE JESUS	PMDB
JOSE ANIBAL	PSDB	ANTONIO FALETIROS	PSDB
JOSE CICOTE	PT	DELIO BRAZ	BLOCO
JOSE GENOINO	PT	HALEY MARGON	PMDB
JOSE MARIA EYMAEL	BLOCO	JOAO ABRAO	PMDB
JOSE SERRA	PSDB	LUTIZ SOYER	PMDB
KOYU IHA	PSDB	MAURO BORGES	BLOCO
LIBERATO CABOCLO	PDT	MAURO MIRANDA	PMDB
LUTIZ GUSHIKEN	PT	PAULO MANDRINO	BLOCO
LUTIZ MAXIMO	PSDB	PEDRO ABRAO	B.PSTR
MALULY NETTO	BLOCO	ROBERTO BALESTRA	BLOCO
MANOEL MOREIRA	PMDB	RONALDO CAIADO	BLOCO
MARCELINO ROMANO MACHADO	BLOCO	VILMAR ROCHA	BLOCO
MARCELO BARBIERI	PMDB	VIRMONDES CRUVINEL	PMDB
MAURICIO MARIANO	PMDB		
MAURICIO NAJAR	BLOCO	MATO GROSSO DO SUL	
MENDES BOTELHO	BLOCO		
NELSON MARQUEZZELLI	BLOCO	ELISTO CURVO	BLOCO
OSWALDO STECCA	PMDB	GEORGE TAKIMOTO	BLOCO
PAULO LIMA	BLOCO	JOSE ELIAS	BLOCO
PAULO NOVAES	PMDB	MARILU GUIMARAES	BLOCO
PEDRO PAVAO	BLOCO	NELSON TRAD	BLOCO
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB	VALTER PEREIRA	PMDB
ROBSON TUMA	BLOCO	WALDIR GUERRA	BLOCO
TADASHI KURIKI	BLOCO		
TUGA ANGERAMI	PSDB	PARANA	
VALDEMAR COSTA NETO	BLOCO		
WALTER NORV	PMDB	ANTONIO BARBARA	PMDB
		ANTONIO UENO	BLOCO
MATO GROSSO		BASILIO VILLANI	BLOCO
AUGUSTINHO FREITAS	BLOCO	CARLOS ROBERTO MASSA	B.PSTR
ITSUO TAKAYAMA	BLOCO	CARLOS SCARPELLINI	B.PSTR
JOAO TELXEIRA	BLOCO	DELCTNO TAVARES	B.PSTR
JOAQUIM SUCENA	BLOCO	DENI SCHWARTZ	PSDB
		EDESIO PASSOS	PT

PMDB
BLOCO
PSDB
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PMDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDT

BLOCO
 BLOCO
 PMDB
 PDT
 PMDB
 BLOCO
 BLOCO
 PT
 PMDB
 BLOCO
 PMDB
 BLOCO
 BLOCO
 PMDB
 BLOCO

PT
PSDB
BLOCO
BLOCO
BLOCO
BLOCO
PCdoB
BLOCO
BLOCO
PMDB
PMDB

Segundo meu entendimento, Sr. Presidente, V. Ex.^a é o Presidente do Congresso; o Primeiro Vice-Presidente da Câmara é o Primeiro Vice-Presidente do Congresso; o Segundo Vice-Presidente do Senado é o Segundo Vice-Presidente do Congresso; e o Primeiro Secretário da Câmara é o Primeiro Secretário da mesa do Congresso. É apenas um entendimento, mas me curvo àquilo que for decidido, de acordo com a inter-

pretação dos juristas da Casa, com as decisões das duas Mesas e com a Constituição.

Faço este registro como um apelo, quem sabe, até esquecendo o mérito do que está contido na questão de ordem. Peço a V. Exª, em nome do respeito à Instituição à qual pertencemos, que encontre uma solução e definitivamente resolva esse problema, essa dúvida que perdura ao longo de dois anos e da qual ninguém se beneficia neste momento em que juntos temos de lutar pelo engrandecimento da nossa Instituição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nobre Deputado Adylson Motta, em primeiro lugar, pelo que percebi, V. Exª não desistiria da questão de ordem.

Devo dizer-lhe sem que isso represente intuito algum de generosidade, mas tão-somente de reconhecimento, porque o tenho na conta de um dos Congressistas mais atuantes e competentes e, por isso mesmo, zeloso do papel que desempenha neste momento, que entendo que V. Exª não quer senão o exato cumprimento da Constituição, o que também se confunde com meu propósito como Presidente do Congresso Nacional. Já que V. Exª colocou o problema em alto nível, como não poderia deixar de ser, porque se trata de uma questão político-institucional, esclareço a V. Exª e ao Plenário do Congresso Nacional por que razão segui a orientação de baixar esse ato, assinando-o em nome da Mesa do Congresso Nacional.

Passo a ler para V. Exª e para as Srªs e os Srs. Congressistas os meus esclarecimentos:

"O art. 57, § 5º da Constituição Federal dispôs:

"Art. 57. ¶.....

§ 5º x A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal."

O dispositivo inovou porque, pela primeira vez, introduziu no ordenamento jurídico constitucional, em relação à direção das sessões conjuntas, o conceito de uma entidade denominada Mesa do Congresso Nacional, com cargos a serem exercidos por deputados e senadores.

As constituições anteriores, desde 1946, previram a possibilidade do funcionamento conjunto de ambas as Casas, sempre, no entanto, sob o comando da Mesa do Senado Federal, uma entidade concreta e definida.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil - 1946

"Art. 41. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sob a direção da Mesa deste, reunir-se-ão em sessão conjunta (...)."

Constituição do Brasil - 1967

"Art. 31. ¶.....

§ 2º. A Câmara dos Deputados e o Senado, sob a direção da Mesa deste, reunir-se-ão em sessão conjunta (...);"

Emenda Constitucional nº 1 de 1969

"Art. 29. ¶.....

§ 3º (...) reunir-se-ão, em sessão conjunta, funcionando como Mesa a do Senado Federal, este e a Câmara dos Deputados, (...)."

A inovação, no entanto, não definiu a Mesa do Congresso, porque:

1º - não determinou a quantidade • nem quais seriam os cargos.

Num esforço de interpretação, poder-se-ia imaginar, por analogia, que a Mesa do Congresso Nacional teria o mesmo número de cargos de cada uma das Mesas, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; seria, ainda assim, exercício de imaginação; e

2º - não foi estabelecida a alternância prescrita.

Este ponto, aliás, tem sido objeto de exame e estudos. Recentemente, o assunto foi abordado, em Questão de Ordem, feita em sessão conjunta, pelo Deputado Israel Pinheiro Filho, que resultou em Parecer exarado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Neste documento, aquele órgão da Câmara dos Deputados explicita o que entende deva ser alternância.

O Projeto de Resolução nº 7/90-CN, em tramitação, que dispõe sobre o Regimento Comum, adaptando-o à Constituição Federal de 1988, proposto por 20 senadores e 82 deputados (art. 128, b, do Regimento Comum) disciplina a matéria em seus arts. 2º e 3º:

"Art. 2º, Os trabalhos das sessões conjuntas serão realizados sob a Presidência do Presidente do Senado Federal, que será substituído em suas faltas ou impedimentos conforme o estabelecido no Regimento Interno daquela Casa do Congresso Nacional."

"Art. 3º, Exercerão, nas sessões conjuntas, os cargos de Secretários da Mesa do Congresso Nacional, alternadamente, num e noutro período da sessão legislativa ordinária, os Secretários das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ocupantes de cargos equivalentes nas respectivas Casas."

§ 1º, Para os fins do disposto neste artigo, serão exercidas, inicialmente, a 1ª e 3ª Secretarias, por membros da Mesa da Câmara dos Deputados e a 2ª e 4ª Secretarias por membros da Mesa do Senado Federal.

§ 2º, Havendo convocação extraordinária do Congresso Nacional, o exercício do cargo de Secretário que estiver sendo exercido no período ordinário anterior à convocação prevalecerá até o final do período convocatório.

§ 3º ~~x~~ As substituições dos Secretários, em suas faltas ou impedimentos, serão procedidas na forma estabelecida nos Regimentos de suas Casas de origem.

§ 4º ~~x~~ Na ausência dos Secretários o Presidente convidará, ~~para~~ compor a Mesa, quaisquer Senadores ou Deputados."

Nem o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, nem o Projeto de Resolução foram aprovados. Nem a composição, nem a alternância foram definidas em lei.

Mas o dispositivo constitucional necessita, para ser eficaz, de regulamentação legal, no diploma próprio, que é o Regimento Comum.

A Lei nº 8.624, de 4/2/93, a chamada Lei do Plebiscito, usou uma nova terminologia, denominando a Mesa do Congresso Nacional de "Mesa Diretora do Congresso Nacional", sem defini-la.

"Art. 4º....."

§ 2º ~~x~~ As frentes devem registrar-se perante a Mesa Diretora do Congresso Nacional, que baixará normas para tal fim."

Do exame e do cotejo dos dispositivos citados, infere-se, claramente, que a "Mesa do Congresso Nacional", como está na Constituição Federal, ou "Mesa Diretora do Congresso Nacional", como na Lei do Plebiscito, não existe concretamente.

É uma criação teórica da Constituição Federal de 88, ainda sem eficácia real, por ausência da necessária regulamentação legal.

Não há nenhuma dúvida, entretanto, de que o Presidente da Mesa é o Presidente do Senado Federal.

Portanto, até que a questão seja disciplinada convenientemente, o Presidente do Senado representa, para todos os efeitos, a Mesa do Congresso Nacional."

Por isso, diante da premência de tempo, da necessidade de se iniciar a propaganda do plebiscito o que interessava inclusive àqueles que defendem não só a forma como o sistema de Governo, decidi baixar o Ato a que se refere V. Exª, assinando-o pela Mesa do Congresso Nacional. Mas estou de inteiro acordo com V. Exª em que urgentemente teremos de definir essa questão. Já estou tomando providências junto à Assessoria da Mesa do Senado Federal no sentido de chegarmos a um projeto de resolução devidamente adequado, que

procure definir, no Regimento Comum do Congresso Nacional o que realmente é como diz V. Exª, a Mesa do Congresso Nacional. Tão logo a minuta do projeto de resolução esteja concluída, procurarei o Presidente da Câmara dos Deputados para juntos examinarmos a matéria, de acordo com a sugestão que acaba de fazer V. Exª

O Sr. Cardoso Alves — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARDOSO ALVES (Bloco Parlamentar — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para levar a V. Exª uma lembrança que talvez seja útil. O § 5º do art. 57 dispõe neste caso específico:

“A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.”

Se ocorrer a hipótese levantada pelo nobre Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, o Segundo Vice-Presidente, o Segundo Secretário e o Quarto Secretário sofreriam uma *capitis diminutio* na dignidade dos seus cargos, o mesmo ocorrendo com o Primeiro Vice-Presidente do Senado e com os demais cargos que não viessem a compor a Mesa, de acordo com a tese de V. Exª

O advérbio de modo “alternadamente” modifica, ou melhor, influi sobre a expressão verbal “serão exercidos” — “serão exercidos, alternadamente”. É o exercício que é alterado e não o cargo. “...Serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”. Pode ser em um mês ou em um dia ou em uma Sessão Legislativa, o restante da Mesa da Câmara e do Senado, em uma outra época, mas são todos os cargos equivalentes.

É apenas uma contribuição que espero que seja levada em conta por V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Pois não, nobre Deputado Cardoso Alves. A intervenção de V. Exª mostra claramente a controvérsia existente em torno da matéria, ou seja, a necessidade aventada pelo nobre Deputado Adylson Motta, com o qual compartilha o Presidente do Senado, de que nós realmente venhamos a definir o que é essa Mesa do Congresso Nacional, por meio de um projeto de resolução, incluindo uma norma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O SR. CARDOSO ALVES — Aliás, Sr. Presidente, no tempo em que eu era estudante de Gramática, porque essa língua varia muito, na etimologia gramatical, “alternadamente” era advérbio de modo, e o advérbio modificava o verbo, o adjetivo ou o próprio advérbio. Não modifica substantivo, e “cargo” é substantivo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Sobre a mesa Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

É lido o seguinte

GABINETE DA LIDERANÇA DO PSDB

Of. nº 012/GLPSDB/93

Brasília, 3 de março de 1993

Senhor Presidente, dirijo-me a Vossa Excelência para, nos termos Regimentais, substituir os atuais membros titulares da Comissão Mista de Orçamento, representantes do PSDB, pelos nobres Senadores ALMIR GABRIEL, DIRCEU CARNEIRO e TEOTÔNIO VILELA FILHO.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador Mário Covas; Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Será feita a substituição solicitada.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 1992 (oriundo da Medida Provisória nº 302/92), que dispõe sobre a organização de Ministérios e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar a matéria foi incluída em Ordem do Dia. Nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação.

Não havendo quem queira discuti-la, está encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 2:

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1991 (nº 5.394/85, na Casa de Origem), que introduz alterações na Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Parte Vetada:

— Redação dada pelo art. 1º do Projeto ao § 6º do art. 32 da Lei nº 4.886/65.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Interno Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 3:

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1991 (nº 1.371/88, na Casa de Origem), que proíbe a comercialização de medicamentos cuja fabricação ou venda foi interdita no País de origem.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 4:

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1990 (nº 5.329/90, na Casa de Origem), que cria Junta de Conciliação e Julgamento na 4ª Região da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Parte vetada:

— Art. 4º

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico de sua tramitação.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 5:**

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 1991 (nº 1.991/89, na Casa de Origem), que autoriza o Poder Executivo a criar uma escola agrotécnica federal no Município de Araguaína, Estado de Tocantins, e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 6:**

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 1990 (nº 1.854/89, na Casa de origem), que cria a carreira de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público da União e seus cargos, fixa os valores de vencimentos, e dá outras providências.

Partes vetadas:

- § 1º do art. 2º;
- § 2º do art. 2º;
- § 3º do art. 2º;
- art. 3º, **caput**;
- § 1º do art. 3º;
- § 2º do art. 3º;
- 3º do art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º, **caput**;
- parágrafo único do art. 6º; c
- parágrafo único do art. 9º

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 7:**

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 287, de 1983 (nº 8.509/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a divulgação dos dados cadastrais relativos a latifúndios.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento

Comum, instruída como histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — **Item 8:**

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1992 (nº 1.445/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento nas regiões da Justiça do Trabalho, define jurisdições e dá outras providências.

Partes vetadas:

- Inciso IX do art. 3º;
- Inciso X do art. 3º;
- Inciso XII do art. 3º;
- Inciso XX do art. 3º;
- Inciso V do art. 4º;
- Inciso IX do art. 4º;
- Inciso XVIII do art. 5º;
- Inciso II da alínea a do art. 6º;
- Inciso IV da alínea a do art. 6º;
- Inciso V da alínea a do art. 6º;
- Inciso III da alínea b do art. 6º;
- Inciso II da alínea a do art. 8º;
- Inciso IV da alínea a do art. 8º;
- Inciso V do art. 9º;
- Inciso II da alínea c do art. 10;
- Inciso III do art. 11;
- Inciso V do art. 12;
- Inciso IX do art. 12;
- Inciso III da alínea a do art. 13;
- Inciso VI do art. 15;
- Inciso XVI do art. 15;
- Inciso XXV do art. 15;
- Inciso IX do art. 18;
- Inciso XXIV do art. 23;
- Inciso XXIX do art. 23;
- Inciso XXXV do art. 23;
- Inciso LVI do art. 23;
- Inciso XIII do art. 24;
- Inciso XXIV do art. 24;
- Inciso XXXIII do art. 25;
- Inciso II da alínea a do art. 26;
- Inciso IV da alínea a do art. 26;
- Inciso VII da alínea a do art. 26;
- Inciso IV da alínea b do art. 26;
- Inciso II da alínea a do art. 28;
- Inciso VI da alínea a do art. 28;
- Inciso VI do art. 29;
- Inciso VI da alínea c do art. 30;
- Inciso IX da alínea a do art. 31;
- Inciso III da alínea a do art. 33;
- Inciso XXXIII do art. 35;
- Inciso L do art. 35;
- Inciso XIV do art. 38; e
- § 1º do art. 44.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento

Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 9:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1991 (nº 4.064/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.

Partes vetadas:

- Art. 37 e seu parágrafo;
- Inciso I do art. 50;
- § 1º do art. 53;
- § 2º do art. 53;
- Art. 75 e seu parágrafo;
- Art. 78, **caput**;
- § 1º do art. 80; e
- Art. 89.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 10:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1991 (nº 1.049/86, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a profissão de fotógrafo e Cinegrafista e de Técnico em Cinefotografia e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 11:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1992-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1993, e dá outras providências.

Partes vetadas:

- Parágrafo único do art. 6º;
- § 1º do art. 51; e
- § 2º do art. 51.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 12:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1991 (nº 2.175/92, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a criação e o lançamento do selo comemorativo dos 160 anos da fotografia no Brasil e dá outras providências.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 13:

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 193, de 1986 (nº 8.342/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta parágrafo ao art. 153 do Código Eleitoral, com vistas a facilitar a votação de eleitores com impedimento religioso.

Não tendo a Comissão Mista Incumbida de relatar o veto apresentado no relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 14:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1991 (nº 3.278/89, na Casa de origem), que institucionaliza o programa de crédito educativo para estudantes carentes.

Partes vetadas:

- Parágrafo único do art. 4º; e
- Art. 8º

Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 15:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1992 (nº 3.133/912 na Casa de origem), que dispõe sobre a disponibilidade financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, e dá outras providências.

Partes vetadas:

— Art. 5º

Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O Sr. Presidente (Humberto Lucena) — Item 16:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1992 (nº 3.170/92, na Casa de origem), que concede antecipação de reajuste de vencimentos e de soldos dos servidores civis e militares do Poder Executivo e dá outras providências.

Partes vetadas:

— Inciso IV do art. 2º; e

— Anexo XI.

Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 17:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1992 (nº 2.627/92, na Casa de origem), que altera a composição e a organização interna do Tribunal Regional do Trabalho da

10ª Região, com sede em Brasília — DF, e dá outras providências.

Parte Vetada:

— Art. 6º

Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 18:

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1992 (nº 4.572/90, na Casa de origem), que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares.

Partes Vetadas:

Inciso XXV do art. 9º, e

— Art. 73.

Não tendo a Comissão Mista apresentado relatório no prazo regimental a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

SEÇÃO II (Senado Federal)

Seção de Remessas Postais _ 311-3728

Seção de Cobrança _ 311-3803

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386 - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil _ Agência 0452-9 _ CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações _ Coordenação de Atendimento ao Usuário.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS